

Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho**Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região**

ATA DE REUNIÃO DO SUBCOMITÊ REGIONAL DO SIGEP-JT do TRT6	
Local	Data
Reunião por Videoconferência https://trt6-jus-br.zoom.us/j/87900312835?pwd=TkdrVEswaWZ1OXNuSFVwZ08yRHQ2dz09	29/06/2023

No dia 29 de junho de 2023, a partir das 14h, por meio de videoconferência, foi realizada reunião ordinária do Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, instituído pelo ATO TRT6-GP nº 71/2023. Estiveram presentes os servidores Ricardo Enrique Pereira Scholz (DSADM), Mônica Silva de Lacerda (GAFTS) e os seguintes membros do Subcomitê:

Membros presentes	
Titulares	Suplentes
HENRIQUE JOSÉ LINS DA COSTA Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP)	
MARCIA MARIA CASTRO FRAGA BARROSO Coordenadora de Administração de Pessoal	
CÉSAR AUGUSTO MENDONÇA DE CARVALHO Chefe da Divisão de Sistemas Administrativos (DSADM)	
	EUVALDO DE SOUZA CORREIA Coordenador de Pagamento de Pessoal Substituto
FERNANDO DE MELO E SILVA VIVEIROS Servidor do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
CARLOS EDUARDO B. DE MORAES BACALHAU Chefe do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
ISÍDIO CLÁUDIO COELHO NETO Servidor do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
CAMILA VILLA-CHAN PEREIRA CHARIFKER Chefe da Divisão de Governança em Gestão de Pessoas	



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA Chefe da Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais	
--	--

Henrique Lins deu início à reunião saudando os participantes.

1. Planejamento de instalações dos pacotes 1.40, 1.40.1 e 1.41 do SIGEP

Item 1.1			
Alinhamento:			
<p>Em relação aos pacotes 1.40, 1.40.1 e 1.41 do SIGEP, César Mendonça relatou que a maioria dos módulos foi homologada ou está em homologação. As exceções são o SIGS e o Conector (o ambiente de homologação está sendo preparado), ambos do pacote 1.41, e os cinco módulos que se emanciparam do Autoatendimento no pacote 1.40 (pendentes de projeto de implantação).</p> <p>Isídio Cláudio comentou que uma imperfeição no menu de meses da aplicação Frequência de Pessoal, do Autoatendimento, não ocorre em Produção. César informou que uma equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) disponibilizou recentemente um mecanismo mais rápido de cópia de dados de Produção para os ambientes de Homologação e Bugfix. A DSADM testará o novo ambiente, para poder utilizar esse recurso em homologações futuras, as quais contarão, assim, com dados muito semelhantes aos de Produção (a base de dados do Bugfix foi atualizada em março e a do Homologação, em setembro).</p> <p>César comentou que o SAF do ambiente de Homologação sofre de inconsistência na base de dados, razão das dificuldades encontradas pela SGEP para homologar a versão do pacote 1.35. E esclareceu que o ambiente que será testado solucionará esse problema do SAF.</p> <p>Em seguida, Ricardo Scholz relatou que a homologação do Designação de Magistrados e do Gestão de Atos pela Corregedoria descobriu <i>bugs</i>. O tribunal responsável pelo módulo (TRM) sugeriu aguardar pelas novas versões, que virão em agosto. Prosseguem, porém, os trabalhos de homologação do submódulo Editais. Scholz ressaltou que todas as equipes que emitem portarias do tipo TRT-GP e TRT-GCR têm de utilizar o Gestão de Atos em função da numeração única que o sistema impõe. Já houve o alinhamento na Corregedoria quanto a isso, mas, na Presidência, há resistência devido a insuficiências do sistema. Scholz informou que enviou a este Subcomitê, instantes antes, propostas de melhoria no Gestão de Atos, no DMAG e no GECJ em relação às queixas da Presidência. Caso as solicitações de melhoria sejam registradas no Redmine até 7 de julho, poderão concorrer no fim do mesmo mês ao processo de escolha das melhorias que serão priorizadas. Scholz aventou a possibilidade de articulação com outros Regionais para votação em propostas de interesse comum. E lembrou que o novo processo de escolha obriga o tribunal que propôs a melhoria a homologar a versão-candidata que a contemple.</p>			



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Quanto ao GECJ, Scholz informou que, pela primeira vez, o TRT6 efetuou o pagamento relativo ao 1º grau sem a necessidade de inserções manuais. Houve definição da Presidência sobre as unidades que executarão cada tipo de operação. Scholz disse que, no e-mail de propostas que enviou antes da reunião, há melhoria relacionada a designações automáticas que repercutirão no GECJ. Vale para ela também a conveniência de registro no Redmine até 7 de julho, caso o Subcomitê a aprove. Segundo Scholz, houve o entendimento da STIC de que se deve esperar as novas versões dos sistemas para solucionar as pendências relativas ao 2º grau, relacionadas aos vínculos dos desembargadores, diante da dificuldade em obter informações confiáveis a respeito das datas desses vínculos.

Camila Pereira revelou temor de que, no futuro, auditorias apontem como inconsistências as portarias lançadas no Gestão de Atos que não tenham correspondentes na realidade, portanto julga importante que a Presidência passe a emitir de fato as portarias que serão registradas no SIGEP devido a regras do sistema. Scholz disse compreender o temor, mas opinou que, enquanto a situação não mudar, as portarias devem continuar sendo emitidas com números fictícios, porque é condição para o SIGEP pagar a GECJ. E que não há nada irregular nesse procedimento, sendo uma mera abordagem de contorno a limitações dos sistemas envolvidos.

Esgotada a discussão sobre GECJ, DMAG e Gestão de Atos, Scholz retirou-se da reunião.

César mencionou mensagem que ainda não obteve resposta da SGEP sobre a ordem de homologação dos novos módulos. Henrique afirmou que só há decisão quanto ao Requerimentos de Frequência Online (ROL) ser o primeiro.

Deliberação do Subcomitê:

O Requerimentos de Frequência Online (ROL) será o primeiro dos novos módulos a ser instalado para homologação.

2. Pendências do eSocial e 4ª fase

Item 2.1			
Alinhamento: Alexsandra Monteiro informou que foi descoberto, via Redmine, que não será necessário o envio de informações de eventos de saúde (4ª fase) dos quatro trabalhadores sem vínculo (comissionados) do TRT6, porque eles não foram contratados pelo regime celetista. Assim, não há pendências em relação à 4ª fase.			



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Em relação à fase III, Alexandra comentou que continua havendo erros de cadastro relacionados a afastamentos, inclusive licenças médicas, como, por exemplo, sobreposições de afastamentos.

Marcia comentou que alguns afastamentos de trabalhadores sem vínculo ainda não foram migrados para a base de Produção do SIGEP. Alexandra respondeu dizendo que o registro tardio pode exigir reabertura e correção de folha para o eSocial. Cláudio perguntou a César como está o trabalho referente ao ajuste de modalidades de afastamentos. César respondeu que verificará com Adilson Silva assim que este voltar de uma licença médica.

Alexandra citou também como pendências erros em configurações de rubricas nacionais e regionais. Disse que será necessário revisar as rubricas regionais e reprocessar a folha de pagamento, para eliminar inconsistências.

Deliberação do Subcomitê:

3. Encontro no TRT2 sobre impactos do eSocial no FolhaWeb.

Item 3.1

Alinhamento:

Alexandra relatou que o evento no TRT2 sobre eSocial, realizado na semana anterior, tratou principalmente de questões de folha de pagamento, das quais muitas ainda estão sem solução. É provável que seja criado um grupo de trabalho para tratar dessas pendências, entre as quais estão detalhes do pagamento de palestrantes estrangeiros (sem CPF) e a definição das rubricas corretas para que o eSocial processe adequadamente devoluções de valores.

Como uma das recomendações foi o enxugamento da diversidade de afastamentos informados ao eSocial, Alexandra pretende estudar o assunto em parceria com as unidades responsáveis. Motivada pela informação - ouvida no encontro em São Paulo - de que o eSocial não está recebendo informações de aposentados que vivem no exterior, Alexandra disse que é importante identificar casos do tipo no TRT6 e, se for o caso, abrir chamados para dissolver pendências.

Alexandra também mencionou a ênfase dada no encontro à necessidade de efetuar pagamento de passivos pelo módulo Gestão de Passivos.

Deliberação do Subcomitê:



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

4. Caso Maria Eduarda e possíveis inconsistências no Conector

Item 4.1			
<p>Alinhamento:</p> <p>César questionou se o caso dos adicionais de qualificação referentes a ações de treinamento de Maria Eduarda Silva Melo pode ser considerado encerrado. Cláudio respondeu que a pendência é a necessidade de inserção manual no FolhaWeb de valores devidos de janeiro a abril de 2023 e de valor a devolver referente a dezembro de 2022. O primeiro conjunto de inserções terá de ser realizado em dezembro, porque em janeiro (novo exercício), o sistema não reverterá as inserções, que são necessárias porque, na folha de julho de 2023, o FolhaWeb imporá a devolução de todos os valores referentes aos quatro primeiros meses de 2023, consequência indesejada da aplicação em Produção da solução do cadastro errado de ações que gerava pagamentos indevidos. O segundo tipo de inserção pode ser efetuado antes. Mas, segundo recomendação de Alexandra, os dois tipos de inserções têm de ser precedidos por simulações em ambiente de treinamento para verificar a assimilação pelo eSocial. Cláudio comentou que, para as simulações, é necessária a atualização da base de dados.</p> <p>Alexandra comentou que, às vezes, quando necessário reprocessar a folha de pagamento, o Conector, por defeito, não gera novamente todos os eventos que deveriam. A consequência é a extrema dificuldade de identificar o restante das falhas entre todos os demais - e numerosos - eventos. Além disso, o eSocial tende a não reconhecer corretamente devoluções de dinheiro. Ela disse que esse é o motivo de recomendar as simulações. A identificação prévia de eventuais falhas facilitará o sucesso da aplicação em Produção, porque desfazer falhas em Produção é bem mais trabalhoso. Alexandra acrescentou que pediu à STIC consulta para identificação mais fácil dessas falhas, até que não venha a solução nacional desenvolvida pelo TRM. César respondeu que o ideal é que o próprio TRM, que, evidentemente, conhece melhor a estrutura da base de dados, desenvolva a consulta que ajudará os Regionais enquanto a solução não é disponibilizada.</p> <p>Aludindo à última fala de Cláudio, César afirmou que a simulação do caso Maria Eduarda poderá ser realizada assim que terminarem os testes no novo ambiente de base de dados atualizada. Hoje, o modo de atualizar a base leva 10 dias, além do tempo necessário para ajustes manuais de falhas eventualmente detectadas. Com o novo mecanismo, integralmente automático, o processo todo será desenvolvido de um dia para o outro.</p>			
<p>Deliberação do Subcomitê:</p> <p>Alexandra registrará no Redmine solicitação de solução definitiva para o defeito do Conector no reprocessamento da folha e solicitação de consulta para facilitar a identificação das falhas.</p>			



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

5. Próxima reunião do Subcomitê Regional do SIGEP-JT

Item 5.1				
Alinhamento: Cláudio indagou sobre a melhor data de julho para a próxima reunião deste Subcomitê, por ser aquele um mês tradicionalmente escolhido para férias por muitos servidores.				
Deliberação do Subcomitê: A próxima reunião do Subcomitê Regional do SIGEP-JT será realizada em 31 de julho de 2023, a partir das 14h.				

6. Inscrições para o curso do eSocial

Item 6.1				
Alinhamento: Alexsandra comentou que Fernando Viveiros e Viviane Bezerra foram os únicos servidores da SGEP que se inscreveram para o curso sobre o eSocial que ela ministrará em agosto. Em relação ao curso sobre Bizagi, a ser realizado na segunda quinzena de julho, apenas três servidores da SGEP estão inscritos. Alexsandra mencionou o acordo de que, assim como em outras unidades do Tribunal, na SGEP haverá um grupo de dois servidores que será o ponto focal dentro da nova estrutura de trabalho relativo ao eSocial, e enfatizou que os servidores desse grupo devem ser inscritos.				
Deliberação do Subcomitê: Marcia e Henrique comprometeram-se a, até o dia seguinte, completar as inscrições para os cursos sobre Bizagi e eSocial.				



Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho**Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região**

Henrique agradeceu a participação de todos e, em seguida, o encontro foi encerrado.

Os membros do Subcomitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a presente ata.

Membros Presentes	
Titulares	Suplentes
HENRIQUE JOSÉ LINS DA COSTA Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP)	
MARCIA MARIA CASTRO FRAGA BARROSO Coordenadora de Administração de Pessoal	
CÉSAR AUGUSTO MENDONÇA DE CARVALHO Chefe da Divisão de Sistemas Administrativos (DSADM)	
	EUVALDO DE SOUZA CORREIA Coordenador de Pagamento de Pessoal Substituto
FERNANDO DE MELO E SILVA VIVEIROS Servidor do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
CARLOS EDUARDO B. DE MORAES BACALHAU Chefe do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
ISÍDIO CLÁUDIO COELHO NETO Servidor do Núcleo de Gestão Negocial do Sistema SIGEP (NGS)	
CAMILA VILLA-CHAN PEREIRA CHARIFKER Chefe da Divisão de Governança em Gestão de Pessoas	
ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA Chefe da Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais	

